

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
GEERGE – GRUPO DE ESTUDOS DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO

Educação para a sexualidade na formação docente: um instantâneo sobre a Rede
Municipal de Educação de São Leopoldo/RS

Jaqueline de Almeida Melo

Orientador: Prof. Dr. Luis Henrique Sacchi dos Santos

Porto Alegre, RS 2009

SUMÁRIO

Resumo

1. Vamos falar de sexualidade?.....	4
2. Quem tem perguntas a fazer?.....	8
3. A sexualidade conforme Michel Foucault.....	9
4. Em busca de algumas respostas.....	18
5. A complexa tarefa de responder.....	22
6. Considerações finais.....	33
7. Referências bibliográficas.....	37
8. Anexos.....	38

RESUMO

Neste trabalho, centro-me na educação para a sexualidade voltada ao corpo docente da Rede Municipal de Educação de São Leopoldo/RS, buscando problematizar se houve a inserção desta temática no currículo deste município a partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1996. Tendo tais parâmetros por base, busquei analisar possíveis propostas de educação para a sexualidade em curso nos anos de 2008-2009, inspirada pelos estudos de gênero e sexualidade de inspiração pós-estruturalista. Para tanto, empreguei a metodologia de entrevista estruturada a fim de ressaltar aspectos fundamentais das dificuldades encontradas por algumas professoras deste município em inserir a temática 'sexualidade' em suas aulas. A análise das entrevistas deu-se sob inspiração da História da Sexualidade de Michel Foucault e de diversos estudos contemporâneos sobre gênero e sexualidade. A partir deste breve estudo é possível apontar que as dificuldades enfrentadas pelas professoras entrevistadas não se constituem como responsabilidade única dos docentes, ou das escolas, ou da Secretaria, mas de um determinado modo que instituiu como se pensa a própria educação desde que a sexualidade passou a fazer parte da educação escolar.

1 Vamos falar de sexualidade?

Durante minha infância (e tal como se diz em relação à infância), sempre tive curiosidades a respeito do sexo. Minha mãe sempre contava que as crianças “nasciam de uma sementinha que o pai colocava na boca da mãe”. Claro que sempre acreditei. Afinal, eles são meus pais, por que mentiriam? Até então os imaginava seres assexuados. Imaginava também que sexo era uma coisa muito feia! Felizmente, contudo, as crianças crescem e descobrem que não nasceram exatamente “daquela sementinha”. E, é claro, isso aconteceu comigo também.

Certo dia, uma amiga contou-me que os bebês eram provindos da relação sexual entre pai e mãe e que “todos” os casais faziam sexo. Fiquei horrorizada com a revelação, pois jamais havia pensado que meus pais fizessem essa “coisa feia”. Não lembro a minha idade exata, mas foi antes dos dez anos. Desde então, minha curiosidade só aumentou. Como minha mãe sempre me fez compreender, não com palavras, mas com silêncios, que sexo não era “bonito”, descobri o que ele era em outras fontes. Deste modo, a educação que recebi foi aquela que se pode chamar de “repressiva”. Conforme Foucault (2007), “a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber” (p.10).

Meu primeiro contato com o tema foi através de uma revista dada por minha própria mãe, recheada de textos, perguntas e respostas diversas sobre sexo. Era certo que ela nem imaginava o que continha em tal revista. Assim que leu algumas matérias, fez uma cara de espanto e nunca mais comprou outra, sem nem mesmo conhecer seu conteúdo. Mesmo assim, esse era um assunto que não encontrava espaço em minha família. Tempos depois, quando já estava na quinta série do Ensino Fundamental, aconteceu na escola um dia de aula somente sobre “Aparelho Reprodutor Masculino e Feminino”, com caixinha de perguntas sobre sexo. A partir desse dia, entendi que a escola poderia ser um lugar para falar de sexo, mas a casa ainda não.

Fui educada, então, com muitos tabus e conceitos heterossexistas, que duraram toda a juventude. Mais tarde, então, já adulta, reformulei meus conceitos e passei a ver o “mundo” de uma outra forma, “mais feminista” e voltada às conquistas profissionais, ao mundo acadêmico. Durante esta trajetória fiz minha escolha profissional: ser professora. Formada no Curso Normal, quis seguir com minhas conquistas e prossegui na graduação em Letras-Português.

Somente quando ingressei nos estudos de gênero e sexualidade, nesta Especialização, é que pude perceber que, durante toda a minha formação, jamais houve espaço para a discussão da sexualidade ou de como ela está presente no âmbito escolar. Foi como se ela tivesse “saído do corpo” daquelas/es que ingressavam no Magistério ou na graduação. O que antes era “comum”, agora passa a ser questionável: por que não falamos de sexualidade nas aulas/disciplinas do Curso Normal? Tampouco o fizemos em cursos de formação continuada, palestras, oficinas, fóruns, etc.

Atuo como professora há sete anos e já trabalhei com crianças de 4 a 15 anos. E agora, a partir dessa perspectiva, é que levanto essas questões, que me inspiram a questionar aquilo que é muito comum e de ver com mais atenção o que é tido como “incomum”.

Considero importante destacar esta minha trajetória pessoal e profissional porque a sexualidade ocupa uma dimensão importante na vida das pessoas. Apesar disso, ainda é difícil falar sobre o tema no espaço escolar, embora as dinâmicas afetivo-sexuais estejam sempre presentes nesse espaço (namoros, paqueras, “ficar”). Além de o tema estar presente nos parâmetros curriculares da educação brasileira, ainda assim, parece que a escola prioriza apenas as questões cognitivas, esquecendo que existe um corpo sujeito a desejos e expectativas, presentes na cultura, considerando-o como “um corpo escolar, um corpo tido como universal, assumido como igual para todos/as” (SANTOS, 1999, p.196), esquecendo sua temporalidade, sua inserção em uma cultura. Segundo Louro (2000), se não adotamos uma perspectiva naturalista (na qual há um dualismo tradicional corpo/mente), compreendemos essa dimensão como inseparável “o corpo não é ‘dado’, mas sim produzido – cultural e discursivamente – e, nesse processo, ele

adquire as 'marcas' da cultura, tornando-se distinto" (p.61). Portanto, esse corpo não pode ficar sentado, estático, em uma cadeira, enquanto a mente começa a trabalhar.

Neste sentido, creio ser importante discutir de que forma esses corpos são significados na cultura, seja em relação às identidades de gênero, seja em relação às identidades sexuais. Como professora há alguns anos, e também como estudante, pude perceber que o corpo é um dos alvos principais da educação escolar, desde seus tempos mais remotos: "todos os processos de escolarização sempre estiveram – e ainda estão – preocupados em vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos de meninos e meninas, de jovens homens e mulheres" (LOURO, 2000, p.60). Um corpo, então, que deve ser disciplinado. Como inserir, assim, o tema sexualidade em um contexto, no qual existe uma série de aparatos para produzi-la de uma determinada forma (silenciada) ao mesmo tempo em que como temática/conteúdo ela não é contemplada? Há uma imensa disparidade entre as expressões acerca da sexualidade e as formas pelas quais a temática sexualidade é enfocada no âmbito escolar. Estando ela presente em vários momentos da vida, a escola parece não abrir espaço para essas discussões.

A recorrente resistência do corpo docente e do sistema educacional em abordar a sexualidade na escola instiga-me muito. Talvez não seja somente uma resistência, mas uma forma circular de lidar com alguns conceitos e deixar de lado outros, já que não há como fugir desse movimento. Em outras palavras, não há como encaixar uma peça num espaço que não está moldado para ela – assim vejo a escola em relação à sexualidade. Este desencaixe é perceptível desde a seleção dos conteúdos nos planos de estudo até o desenvolvimento de temas polêmicos durante as aulas. Conforme os estudos de Foucault, já faz algum tempo (pelo menos desde o século XVIII) que a sexualidade passa por este tipo de repressão, mesmo que caracterizada de outra forma (devido à temporalidade dos fatos), pois também em relação às crianças, o sexo desapareceu: não podia mais ser mencionado e elas não participavam mais dos atos adultos; seu lugar passou a ser distinto dos adultos. Isso que não quer dizer que a sexualidade não as rondasse. De acordo com Foucault (2007), o próprio silêncio era um modo de vigiar:

consideremos os colégios do século XVIII. Visto globalmente, pode-se ter a impressão de que aí, praticamente não se fala em sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo. (FOUCAULT, 2007, p.34).

As disposições da construção dos prédios, das salas de aula, da mobília, a elaboração das normas, o cumprimento das medidas, o controle de cada movimento, a suspeita de qualquer manifestação eram rigidamente controlados visando, sobretudo, a sexualidade destas crianças. E será que podemos afirmar que hoje, três séculos depois, essa situação modificou-se? As disposições arquitetônicas não seriam praticamente as mesmas? E as regras, proibições e permissões mudaram?

De uma forma ou de outra, professores e professoras evitam falar de sexualidade, principalmente nas séries iniciais do Ensino Fundamental. As razões, acredito eu, são as mais variadas possíveis. Tanto por repressão da família da a/o aluna/o, quanto por insegurança. Corre-se o risco de as crianças possuírem uma bagagem maior que o esperado pelos/as professores/as acerca deste assunto. Ou, ainda, pode-se pensar num dado “modo escolar” de tratar da sexualidade, que se dá através do próprio silenciamento dela, tal como discutirei na análise que se segue.

Devido ao fato de se observar uma série de condutas diferenciadas no que tange ao ensino da sexualidade, bem como às dificuldades encontradas pelos professores em lidar com a temática é que se pode dizer que cresceu a compreensão em torno da necessidade de se elaborar parâmetros nacionais para abordar o tema. Era fundamental, desde a perspectiva teórica que embasa tais parâmetros que eles observassem o nível de desenvolvimento da criança, para atingir os objetivos pertinentes a cada nível. Foi como decorrência disso, e como parte de uma política curricular nacional, que surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1996, abordando a sexualidade como um tema transversal junto às demais áreas da educação básica. No volume 10 dos PCNs, que trata da orientação sexual, podemos encontrar a sexualidade definida como:

[...] um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos

profissionais da educação. O trabalho de Orientação Sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimento e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho (BRASIL, 1997, p.121).

Além da existência desses Parâmetros, que destacam a sexualidade como um tema importante e relevante para a formação da educação escolar em todos os níveis de ensino, há também uma série de programas do Ministério da Educação que tem como temática central a sexualidade. Levando-se isso em conta, cabe, então, perguntar por que mesmo assim é tão difícil reconhecer que a sexualidade é parte integrante da formação do ser humano no âmbito escolar?

2 Quem tem perguntas a fazer?

Considerando essa preocupação com a temática da sexualidade, quais situações são consideradas mais difíceis de discutir, em relação à sexualidade? Como os educadores posicionam-se diante dessas situações? Há uma preocupação da Secretaria de Educação em trabalhar o tema sexualidade na formação continuada de professores/as ou nas próprias escolas da rede, com os seus alunos e alunas?

Ao fazer as colocações até aqui apresentadas ocorre-me perguntar como elas vieram a se estabelecer do modo como estão hoje configuradas? Qual é a sua história? Por que esta temática parece ser capturada por uma rede de silenciamentos que a elide do currículo escolar e a imputa como algo que diz respeito apenas “ao privado”? Não exatamente na direção de responder a todas estas questões, mas procurando situar algumas condições de emergência que possibilitam que a sexualidade seja pensada na escola deste modo, é que recorro a uma breve síntese da tese de Michel Foucault acerca do dispositivo da sexualidade – em operação desde o século XVIII.

No que se segue, apresento essa retomada a fim de mostrar como elas emergiram e passaram a fazer parte de uma série de conhecimentos e instituições,

dentre as quais a própria escola. Tal retomada justifica-se, então, na medida em que ela permite a partir deste autor, localizar uma série de movimentos que acredito ainda estarem presentes e operarem no âmbito escolar.

3 A sexualidade conforme Michel Foucault

Ainda no século XVII, no Ocidente, era possível perceber maior liberdade de atos, de manifestações em torno da sexualidade das pessoas. Crianças e adultos conviviam sem necessidade de repressões ou segredos, de acordo com Michel Foucault (2007). Gestos, palavrões e expressões grosseiras não eram ocultos às crianças. Porém, cuidadosamente, a sexualidade foi mudando de posição, passou a ser estritamente reservada ao quarto dos pais; as palavras deviam ser medidas e os corpos escondidos. Tudo o que fugisse dessa nova “lei” seria considerado anormal e não passaria sem punição. A partir de então, determina-se que a criança não tem sexo, não o reconhece, não fala sobre ele e que não ouça nada a seu respeito.

Com o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo, tornou-se fundamental a dedicação das pessoas ao trabalho. Para isso, os prazeres deveriam ser deixados de lado, pois não poderiam interferir na produtividade, e os corpos deveriam, a partir de então, tornarem-se mais e mais produtivos, inclusive em termos de fertilidade, natalidade e controles de toda a ordem. O sexo e o poder fundem-se numa correlação de proibição, inexistência e mutismo. E os dois são politicamente impostos: quem tem o poder proíbe e controla a sexualidade de quem deve submeter-se a esse poder. A repressão que o tema sofreu foi de tamanha ordem que, ainda no século XIX, escritores, pesquisadores, filósofos desculpavam-se por tocar no assunto outrora permitido. E ainda hoje, falar de sexo remete à repressão, embora aparentemente ela não exista mais, porque soltar as amarras de séculos seguidos é tarefa complexa e demorada.

A partir do século XIX, o sexo assumiu uma forma de pregação. Passou a ser uma teoria debatida, estudada e divulgada como tal. Não somente no sentido de

mera teorização, mas de analisar quem fala, como fala, em que lugar e sob qual ponto de vista se fala, como diz Foucault (2007), a “colocação do sexo em discurso”.

Mais do que essa incidência econômica, o que me parece essencial é a existência, em nossa época, de um discurso onde o sexo, a revelação da verdade, a inversão da lei e do mundo, o anúncio de um novo dia e a promessa de uma certa felicidade, estão ligados entre si. (FOUCAULT, 2007, p.13-14)

Ele não discute apenas o ato repressivo do poder do século XVII até o XIX, mas também a reflexão acerca da incitação que o tema sofreu a partir deste último. E que sua proibição também foi um modo de colocá-lo em discurso. Principalmente a partir do século XVIII, esses discursos aumentaram. Não os ilícitos, mas os das instituições de poder, que além de falarem incessantemente sobre a sexualidade, também faziam falar dela, de forma explícita e detalhada: a confissão. Valendo esta para os adultos e, sobretudo, para as crianças. Com interferência da Contra-Reforma¹, a confissão foi cada vez mais estimulada para regradar e punir o menor desvio percebido, pois assim poderiam livrar o espírito do pecado do corpo. Como seqüência dessa confissão, tornou-se “comum” exhibir relatos de ações, desejos, pensamentos ou gestos a respeito da sexualidade individual. Inclusive nas literaturas, consideradas “escandalosas”, o detalhamento das ações e sensações eram exigidos para que se pudesse julgar e relacionar com atitudes reais do homem.

No decorrer deste mesmo século, discursos políticos, econômicos e técnicos passaram a pesquisar e analisar o sexo não mais pelo valor moral, mas pelo racional. Era preciso desvincular a sexualidade do lícito e do ilícito, para fazê-la funcionar dentro de um sistema que a tornasse boa e positiva para todos. Houve, então, o policiamento do sexo, “Polícia do sexo: isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição”. (FOUCAULT, 2007, p. 31).

Com isso, os governos perceberam que podiam controlar o desenvolvimento da “população” (termo técnico que surgiu com esse desenvolvimento), das riquezas,

¹ Contra Reforma:

dos trabalhos, de natalidade, saúde, morbidade, alimentação e moradia. Controlar e regradar a sexualidade também foi uma forma de aumentar essa população, de torná-la mais saudável e produtiva. Levantamentos foram feitos em relação à idade com que as pessoas se casavam, reproduziam, dos celibatos, das condutas sexuais e seus efeitos biológicos e econômicos. Muda-se, então, a forma de falar do sexo, o ponto de vista do qual se fala, seu interlocutor. Se antes o poder proibia o sexo, agora ele o disputa com outros poderes: “Entre o estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram.” (FOUCAULT, 2007, p.33).

Pessoas foram qualificadas a falar de sexo para crianças e adolescentes e não mais falariam de forma direta ou grosseira. O assunto restringiu-se aos atendimentos médicos, psiquiátricos e pedagógicos. Estes profissionais, e também o setor jurídico, é que estavam autorizados a levantar o tema, a questionar pessoas e fazerem “confessar” seus atos. Pequenas brincadeiras e carícias comuns em certos grupos e aldeias passaram a ser objetos de análise, de estudo, de julgamento e de interdição de um indivíduo. De acordo com Foucault, em um período muito curto, o discurso do sexo alastrou-se de tal modo que, por mais que se fale dele, há sempre ainda o que dizer. Embora a confissão (tal como era na Idade Média) tenha perdido seu caráter confessional, ela não deixou de estar presente em outros discursos, e com o mesmo sentido de não ocultar os detalhes, sendo declarada de forma regrada e por diversos meios. Falar tanto de sexo, torná-lo exaustivamente exposto, afirma o autor, foi uma forma de ainda caracterizá-lo como secreto e misterioso.

Já nos séculos XVIII e XIX, a nova regra do sexo era a reprodução. Seu ato não poderia “ser contra a natureza” e deveria permear apenas as relações lícitas. Para tanto, o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil delimitaram as fronteiras e restringiram o sexo ao casamento legalizado. O casamento passa a ser central nas confissões detalhadas e os atos que estivessem fora dessa relação, seriam abominados, como cita Foucault (2007), “As proibições relativas ao sexo eram, fundamentalmente, de natureza jurídica” (p.45). Desde então, a regra única era a monogamia heterossexual.

A sexualidade das crianças, dos loucos, dos criminosos e dos homossexuais era condenada porque fugia à norma, porque era “contra a natureza”. E as mais variadas formas de correção eram-lhe aplicadas, segundo Foucault (op. cit.), “eles povoam os conselhos de disciplina, as casas de correção, as colônias penitenciárias, os tribunais e asilos” (p.47). Em decorrência do rápido avanço da medicina, até mesmo os tribunais passaram a ceder a ela as decisões sobre alguns delitos sexuais. Ela também cerceava as patologias e prazeres decorrentes da sexualidade do casal. Além disso, ela continuou a exercer seu poder deliberadamente a partir de algumas imposições que iam além das proibições, conforme cita o autor. Uma delas foi sobre as relações consanguíneas, o adultério e os hábitos solitários das crianças. Ambas amparadas pelo poder da lei que pune e, logo mais, da medicina que patologiza o caso. No caso das crianças, a medicina conseguiu com que se reformulasse a pedagogia e a educação familiar. Não só as crianças eram culpadas, mas os adultos que não as vigiassem o suficiente também. Outra imposição são as relações heterossexuais. Sendo o homossexualismo uma invenção do século XVIII, quando foi assim caracterizado o ato sexual entre pessoas do mesmo sexo, o indivíduo passava a ser um “sujeito jurídico”. E considerado em sua totalidade com menosprezo, já que “Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade” (p.50). Ainda uma terceira, que tornava medicinalizada e medicalizada uma sexualidade voltada para o prazer, cujo exercício escapava ao poder. A quarta e última imposição refere-se à saturação sexual. Devido a tanta fiscalização e centralização da sexualidade no casal, outros prazeres foram sendo buscados. Desde a separação de adultos e crianças, meninos e meninas, outras formas de sexualidade foram surgindo em espaços externos ao quarto do casal: consultas médicas, dormitórios e salas de aula, a exemplo de Foucault, e mais “Nelas são solicitadas e implantadas as formas de uma sexualidade não conjugal, não heterossexual, não monogâmica” (p.54). Deste modo, o autor conclui que prazer e poder estão encadeados de um modo complexo, pelo qual quanto mais se fiscaliza e se tenta punir, mais diversos se tornam os mecanismos e as manifestações da sexualidade.

Durante o século XIX, o sexo passou a integrar a área da medicina. E esta se apoderou dos imperativos de saúde e higiene, vigor físico e a pureza do corpo social. Em disputa com a biologia, a medicina ditava regras para o sexo, enquanto

aquela promovia a reprodução; a segunda na instância do saber e a primeira, do não-saber. Esses dois campos marcaram o discurso científico do sexo no Ocidente.

Foucault divide o sexo em duas verdades. A primeira é o sexo no Oriente. Lá a preparação sexual é um rito de passagem, uma arte que se aprende e se desenvolve ao longo da vida. Os conhecimentos são transmitidos através de um mestre, mas devem permanecer em segredo. A sexualidade é desenvolvida na medida em que ocorrem as práticas sexuais. Elas têm como base o prazer, reconhecido como ele próprio. Essa é a verdade. Já no Ocidente, nossa verdade é outra. Nós vivenciamos a “ciência sexual”, na qual todos os saberes devem ser revelados. A confissão acontece na família, na escola, nos consultórios, nos tribunais, enfim, que todos os sentimentos, ações e pensamentos estejam sempre expostos como verdade. De tal forma foi imposta a confissão, que não parece mais coagir e sim fazer parte de nós mesmos o ato de tudo revelar. Inclusive a literatura e a filosofia tem como característica o detalhamento, a confissão da verdade. O autor ainda complementa essa verdade do Ocidente dizendo que há uma representação invertida do poder ao se confundir a revelação da verdade com liberdade de pensar e dizer. Durante gerações, essa verdade vem sendo construída, e foi ela que garantiu o desenvolvimento de uma sociedade capitalista e a formação de “sujeitos” (p.71) nos dois sentidos da palavra. E o sexo sempre foi o foco principal dessa confissão, dessa verdade. Nossa sociedade não desenvolveu uma arte em torno do prazer; ao contrário, “articulou o difícil saber do sexo, não na transmissão do segredo, mas em torno da lenta ascensão da confidência” (p.72).

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, com a evolução da medicina, da pedagogia e da religião, a confissão estendeu-se a outros segmentos além do religioso, fazendo parte das relações médico-paciente, aluno-professor, pais-filhos. A partir de então, passou a assumir novas formas e a obter novos resultados. Passou a ser essencial nos avanços da ciência e, por isso, era extorquida através de diversos procedimentos. Foucault enumera cinco deles. O primeiro consiste no fazer falar dos sintomas abertamente. O segundo, em responsabilizar o sexo pela causalidade de variados problemas de saúde, por isso, nenhum sintoma deve ser omitido. O terceiro, em considerar o sexo obscuro e misterioso, portanto, outro motivo para torná-lo confesso a qualquer custo. O quarto, em interpretar o que o

sujeito revela. Sendo assim, a verdade está com quem a interpreta e não com quem a revela. E o quinto é a medicalização do resultado final dos quatro processos anteriores, visto que a sexualidade é um problema que precisa ser compartilhado e seus efeitos são patológicos – ninguém mais apropriado que o médico para salvar quem sofre deste mal. Todo esse jogo de confissões desenvolveu-se pela imposição do poder de quem dominava essa ciência e causou a impressão de que falar de sexo é algo comum, tão natural quanto o próprio sexo.

Ainda relacionando sexo e poder, o autor apresenta uma análise política dessa relação. Ele afirma haver uma relação de negatividade, em que o poder só “pode” dizer não, recusar, silenciar sobre o sexo. Outra relação seria a de reger, conforme a lei, os discursos sobre o sexo, afirmando o que é permitido e o que é proibido. Ainda uma terceira relação é a da interdição, cujo objetivo consiste em, além de proibir, negar a sua existência. Unindo as três relações anteriores, surge a quarta, que se fundamenta como “lógica da censura” de algo que é, ao mesmo tempo, negado, proibido e inexistente. E a última relação afirma que o poder rege o sexo em sua globalidade, em todos os seus sentidos e em todas as suas instâncias. Dessa forma, o poder coage e faz surgir o sujeito – aquele que é “sujeitado”. (p.95)

Como efeito dessa submissão, há a obediência, pois o poder limita tanto a liberdade, no Ocidente, que acaba sendo aceito. E a maior prova de aceitabilidade é o surgimento do direito público, na Idade Média. O direito fez com que o poder se tornasse mais violento, pois passou a ser transgredido com maior autoridade. E o que propõe Foucault, nesse ponto de seus estudos é que se mude a forma de ver sexo. Tentar vê-lo desvinculado do poder, para formular um novo contexto histórico.

Na seqüência, Foucault aponta para uma periodização da história da sexualidade e a divide em dois momentos distintos, sob o aspecto da repressão. Um é o século XVII e o outro é o XX. A partir do século XIV, com a imposição da confissão, inicia uma avaliação das atitudes e até dos pensamentos dos fiéis confessos. Tal tecnologia evolui no decorrer dos séculos e atinge seu ápice no XVIII. Em seguida, no fim deste mesmo século, uma nova tecnologia surge e foge do âmbito eclesiástico. E o discurso do sexo expande-se para a pedagogia, para a medicina e para a demografia, tornando-se, assim, objeto de controle. A medicina

passa a reger esse discurso e o que antes era um mal “da carne”, passa a ser um mal do organismo. A medicina do sexo separa-se da medicina do corpo, porque o sexo passou a ser transmissor e criador de novas patologias. Por isso, então, um controle exaustivo das legalizações e estatísticas de casamentos, nascimentos e mortes. E foi a evolução dessas tecnologias médicas que marcou a história do sexo no início do século XX.

Mas não houve apenas o desenvolvimento das tecnologias de controle e repressão do sexo. Houve também a aplicação dessas tecnologias. E não foi com a classe popular, em princípio, como se imaginaria a aplicação de qualquer nova tecnologia da medicina. O controle maior aplicou-se, de início, nas classes sociais mais altas. Foi na família “burguesa” (p.132) que se vigiou a criança, que se medicalizou a histeria das mulheres e as patologias provindas do sexo. Enquanto isso, as camadas populares detinham suas atenções nas “alianças” (p.133): casamento legítimo e fecundidade. De acordo com os estudos de Foucault, quando essas camadas começaram a fazer parte do mesmo controle da burguesia, ocorreu em três etapas: controle da natalidade, moralização da estrutura familiar e controle judiciário e médico. Mas as duas classes não receberam a mesma dedicação em ambos os setores, embora aparentemente o quisessem representar.

Finalizando este quadro histórico da sexualidade, Foucault presume que os mecanismos acerca do sexo não foram apenas de restrição, mas de uma reformulação de seus princípios para uma qualificação do modo de vida da população. A repressão instaurada objetivava mais uma condição saudável do que uma simples proibição: “Ao invés de uma repressão do sexo das classes a serem exploradas, tratou-se, primeiro, do corpo, do vigor, da longevidade, da progenitura e da descendência das classes que “dominavam”. (p.134). Foi a burguesia, em primeira instância, que sofreu um “agenciamento político da vida” (p.135). Tornaram-se um grupo cuja meta era proteger-se, diferenciar-se dos demais (classes menos favorecidas) através da posse e da preservação do próprio corpo. Este movimento foi considerado também uma outra tecnologia do sexo.

Mas essa tecnologia não se difundiu amplamente. Ela foi privilégio das classes homogêneas e não dos operários e trabalhadores em geral. Surgiu, então,

uma preocupação maior com o corpo que com a alma, pois acreditavam ser aquele o portador de mistérios e segredos. Foucault explica que, tal desejo de diferenciação das classes não visava o menosprezo e sim a autovalorização da burguesia. Queriam valorizar o “sangue” e fugir de doenças, loucuras e maus costumes hereditários, queriam ser uma “raça” distinta e superior às demais. No entanto, o autor não culpabiliza essa hegemonia, apenas esclarece que foi uma forma de se apoderar do próprio corpo e da sexualidade, antes tão regulamentada.

A burguesia não conseguiu com facilidade transferir sua conduta de cuidado do corpo e da sexualidade para o proletariado. Somente quando se pensou no controle da e higienização e saúde das populações, é que as novas tecnologias foram se expandindo para essas camadas.

Se é verdade que a “sexualidade” é o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa, deve-se reconhecer que esse dispositivo não funciona simetricamente lá e cá, e não produz, portanto, os mesmos efeitos. Portanto, é preciso voltar a formulações há muito tempo desacreditadas: deve-se dizer que existe uma sexualidade burguesa, que existem sexualidades de classe. Ou, antes, que a sexualidade é originária e historicamente burguesa e que induz, em seus deslocamentos sucessivos e em suas transposições, efeitos de classe específicos. (p.139)

Ao final do século XIX, a burguesia tenta singularizar sua sexualidade e seu corpo, através de uma repressão que dá início à proibição em si. Submete a sexualidade à lei para, assim, ser diferente das demais classes: “a diferenciação social não se afirmará pela qualidade “sexual” do corpo, mas pela intensidade de sua repressão”. (p.141). O controle do incesto, antes não tão visado, agora passa a ser determinante na classe burguesa. Foucault dá o exemplo do pai que pode ser objeto de amor do filho, mas deve ter cuidado ao retribuir o afeto. A confissão, antes obrigatória e detalhista, agora serve para questionar a própria repressão.

No último capítulo dessa obra, Foucault analisa o poder e seu controle sobre a vida e a morte. Ele diz que, em tempos mais remotos, eram os reis que o exerciam

sobre seus súditos, e tal poder dava-lhes o direito sobre todo que pertencesse a esses súditos, como bens, o tempo, os corpos e, principalmente, a vida. Pois se apoderando dela, também poderiam determinar o momento de acabar com ela.

Toda vez que uma pessoa representasse uma ameaça, sua vida estaria nas mãos do rei, que era o detentor do poder. Até mesmo o suicídio era um atentado ao poder, já que nem o próprio indivíduo poderia decidir sobre sua vida. Quanto mais o poder político tentava gerir a vida, maiores eram as tentativas de suicídio. A partir do século XVII, esse gerenciamento desenvolveu-se, primeiro tratando o corpo como uma máquina, domesticando e extraindo-lhe forças. Posteriormente, na metade do século XVIII, o corpo passa a ser um ser vivo, biológico, cuja saúde, natalidade, mortalidade são de interesse do governo. Todo esse controle recebe o nome de “bio-política da população” (p.152). Já não é mais o direito de morte que viabiliza o poder, mas o controle absoluto da vida. Mas esse “bio-poder”, segundo Foucault, aparece dividido no século XVIII. De um lado, as instituições de ensino (Exército e escola) ensinam táticas de organização da sociedade. De outro lado, há a regulação e o controle da demografia, das riquezas e da duração da vida. A partir dessa organização da sociedade foi que surgiu a tecnologia de controle da sexualidade, no século XIX. Esse controle da vida e da sexualidade foi fundamental para o ajustamento do homem ao trabalho, à acumulação do capital; garantindo, assim, a valorização da vida e o afastamento das possibilidades de morte.

As políticas, a partir de então, passam a investir na qualidade da alimentação, das vestimentas, da moradia e toda a existência do ser. O poder sobre a morte passou a ser a última medida de poder, entrando em ação quando outras não eram capazes de manter a ordem. Iniciou-se, então, uma luta pelo direito à vida. Embora as lutas falassem de direito, o que impulsionava as reivindicações era mesmo a vida. O sexo passou a ser alvo de disputas políticas, tanto como disciplinamento do corpo, como regulação das populações. O controle teve abrangência não só no corpo individual, mas também no corpo social.

Sendo assim, a regulamentação da sexualidade da criança tornou-se mais intensa. Acreditavam que deste modo estariam vigiando a saúde da raça, evitando epidemias e garantindo uma saúde futura. A histerização das mulheres devia ser

contida imediatamente, pois elas deveriam estar sãs para cuidar dos filhos e salvar a instituição familiar. E se, há tempos atrás, o sangue era o símbolo de maior valia, atualmente é o sexo que assume essa função. O poder hoje fala do corpo, da procriação, da saúde, do futuro e até do corpo social, “o poder fala da sexualidade e para a sexualidade; quanto a esta, não é marca ou símbolo, é objeto e alvo”. (p.161). Foucault ainda ressalta que a sexualidade, longe de ser reprimida, está sempre suscitada na organização da sociedade contemporânea. Ele diz, ainda, que a política do sangue foi gradativamente sendo transformada em política da sexualidade, através de transposições e interações. E, a partir do fim do século XIX, a sexualidade teve de se inscrever no sistema da lei. A primeira lei a se aplicar, e a mais significativa, foi a da aliança, da consaguinidade, da soberania patriarcal.

Intensifica-se a visão acerca da sexualidade da mulher e da criança. Surge uma complexa reflexão: do ponto de vista anatômico, a criança possui um sexo, mas do ponto de vista fisiológico, o sexo está ausente. Também foi considerado existente quanto à atividade, mas ausente quando à finalidade reprodutora. A medicina, nos séculos XVIII e XIX, também acreditava que a precocidade da sexualidade na criança traria prejuízos para a sexualidade adulta.

Foucault afirma, enfim que, pouco a pouco, formou-se uma teoria do sexo, na qual ele [o sexo] pode ocupar todos os espaços, e sobre ele tudo deveria se saber. Inclusive na biologia, na medicina, na reprodução. Sendo assim, a noção de sexo e sexualidade fugiu da relação de poder, fazendo parte, também, da lei e da interdição.

4 Em busca de algumas respostas

Em busca de respostas, primeiramente, fiz alguns levantamentos sobre o tema “educação para a sexualidade” ou “educação sexual”, e desenvolvi um breve apanhado histórico, mostrando de que forma esse movimento de incluir a temática sexualidade no currículo escolar tem ocorrido no Brasil. Segundo um estudo de Helena Altmann, a educação sexual passou a fazer parte do currículo escolar a

partir da década de 20 e 30. Mas o que se esperava da escola eram medidas preventivas e higienizantes, visto que qualquer desvio de atitude deveria ser corrigido através da pedagogia e da medicina. Já nos anos 60 e 70 houve grande divergência na inserção da educação sexual nas instituições escolares. Ao mesmo tempo em que um projeto de lei defendia essa inserção, a Comissão Nacional de Moral e Civismo posicionou-se contra ela. Poucos anos depois, em 76, foi oficialmente afirmado que a família era a principal responsável pela educação sexual, sendo opcional à educação escolar transmiti-la ou não. E mesmo após tantos movimentos, a educação sexual continuou/continua vinculada à saúde/prevenção. Nos anos 30, em virtude da prevenção da sífilis; a partir dos anos 80, foi, principalmente, para conter a explosão de gravidez indesejada na adolescência.

Após esse mapeamento mais geral sobre o tema, verifiquei junto à Secretaria Municipal de Educação se havia nos currículos atuais, vigentes desde a introdução dos PCNs, em 1996, alguma preocupação com o tema. A pesquisa seguiu com entrevistas estruturadas com oito professoras, pertencentes a cinco escolas da mesma rede. Para conhecer um pouco mais sobre como se abordava o tema sexualidade, ou se o tema era abordado na educação escolar da rede Municipal de São Leopoldo, considerei imprescindível a etapa das entrevistas. O questionário foi organizado visando obter respostas menos extensas acerca de alguns acontecimentos cotidianos que envolvessem o tema em questão. Procurei saber, então, se essas profissionais já haviam passado por alguma situação constrangedora, se haviam discutido o assunto em formação inicial e/ou continuada, se consideravam importante discutir o tema com os alunos, se na escola/rede havia alguma programação ou projeto que objetivasse tal temática e se os programas, caso houvessem, eram direcionados aos professores ou aos alunos. Apesar de as respostas não serem muito consubstanciais, apontaram tópicos bastante significativos com relação à abrangência da sexualidade na educação, mesmo se tratando de um Tema Transversal, presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) desde 1996.

A escolha das escolas foi aleatória. Selecionei cinco escolas da rede com as quais não tenho/tive nenhum vínculo direto como professora. Entrei em contato com

a direção das mesmas, verificando dias e horários compatíveis com os meus, para a realização das entrevistas. A escolha das professoras também se deu de modo semelhante, pois não conhecia nenhuma delas e entrevistei aquelas que estavam disponíveis na escola, em horário de planejamento, naquele momento. O tempo que tivemos para a entrevista foi, contudo, restrito, pois a maioria delas só aceitou ceder seu horário de recreio (vinte minutos) para a realização do questionário.

Precedendo a entrevista, apresentei-me dizendo meu nome, o que estava cursando e o que pretendia com tal levantamento. Utilizei um gravador de voz para registro oral e, posteriormente, transcrevi as respostas. Todas as entrevistadas, sem exceção, solicitaram ver as perguntas escritas antes de começar a respondê-las, demonstrando receio e insegurança por estarem diante de um gravador. No entanto, elas se tranquilizavam ao ver antecipadamente as questões propostas. Nenhuma das professoras selecionadas negou-se a participar. Todas foram abordadas individualmente, em local reservado (sala de professores, biblioteca ou sala de supervisão), sem nenhuma interferência ou interrupção. Por fim, cabe destacar que a receptividade foi boa tanto por parte das escolas quanto das professoras.

Ao entrar em contato com a Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo, tive acesso às seguintes informações: o Município possui 8 EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil); 35 EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental) e 1 Escola de Arte. Distribuídos nestas instituições atuam 1.838 professores, os quais atendem 27.000 alunos em sua totalidade. Nesta mesma situação, questionei se a Secretaria dispunha de projetos e/ou programas (tanto para alunos como para professores) voltados para a sexualidade e obtive como resposta a informação de que estava em andamento um projeto sobre saúde na escola, cujos objetivos pretendiam abranger a questão da sexualidade. Em verdade, trata-se de um processo de organização teórica, para posterior implantação gradativa.²

² O objetivo da reunião foi apresentar a proposta às escolas escolhidas como pilotos (segundo critérios próprios da Secretaria) do Projeto intitulado “Projeto Gerações – Saúde e Prevenção na Escola”, promovido pelos Ministérios da Educação e da Saúde. E se pretende, aos poucos, multiplicá-lo entre as demais escolas da rede. Para que eu obtivesse as informações necessárias, seria imprescindível minha participação em uma reunião de divulgação deste projeto, que aconteceria em poucos dias.

Até o momento, não havia nenhum programa voltado para a sexualidade que fosse organizado pela Secretaria de Educação. Havia atividades desenvolvidas por professores de biologia que davam conta de explorar o aparelho reprodutor humano e as DST's (Doenças Sexualmente Transmissíveis). Mas as atividades não prosseguiram além das séries que desenvolviam tais conteúdos e tão pouco ousavam extrapolar as fronteiras da própria escola.

Segundo as informações obtidas junto à Secretaria de Educação, foi somente ano de 2008 que uma professora (de biologia) optou por desenvolver seus conteúdos em conjunto com outras disciplinas escolares. Seu trabalho foi baseado em oficinas voltadas aos alunos, que eram realizadas fora do horário das aulas. Os encontros, que aconteciam na escola, abordavam temas como aparelhos reprodutores, sexo e sexualidade, saúde e doenças, gravidez na adolescência e métodos contraceptivos, relações de gênero e violência de diversos tipos, etc. Ao término dessas oficinas, alguns alunos e alunas participantes candidataram-se para divulgar as atividades em mais duas escolas da Rede Municipal – o que fizeram com êxito. Porém, como já estavam na 8ª série (este é o limite de série ofertado pelo município) e estavam desvinculando-se da escola, a divulgação foi curta e não deu conta de todas as temáticas da proposta anterior. Neste ano de 2009, as escolas, bem como a professora que liderou as oficinas, sentiram a necessidade de retomar o programa e ampliá-lo a outras escolas também. Foi então que houve a intervenção da Secretaria de Educação, permitindo que esta professora ampliasse sua proposta e a desenvolvesse com um grupo mais diverso.

A propagação e estruturação desse projeto conta também com o apoio da Secretaria Municipal da Mulher e da Secretaria Municipal de Saúde. A proposta é que neste ano as escolas selecionadas possam ser atendidas com as mesmas oficinas e temáticas, permitindo o envolvimento de alunos/as, professores/as, funcionários/as e até comunidade escolar. Os eixos temáticos abordados pelo trabalho são: Saúde Sexual e Reprodutiva, Acesso a insumos de prevenção das DST's, AIDS, Raças e etnias, Direitos Humanos e Reprodutivos, Participação Juvenil, Populações Vulneráveis e Relações de Gênero³. Em primeira instância,

³ Verificando a bibliografia por eles utilizada, observei que há uma grande diversidade de autores. Havia nas referências alguns autores pós-estruturalistas e muitos outros essencialistas.

serão atendidos os alunos de 5ª a 8ª série. Nas escolas que vão somente até a 4ª série (o que corresponde ao 5º ano), as atividades serão reorganizadas e adaptadas a essa faixa etária.

Como contrapartida e esta incursão pelas proposições realizadas no âmbito das escolas deste Município, torna-se relevante destacar as possíveis contribuições desta pesquisa à Secretaria de Educação e às próprias professoras e escolas envolvidas. Isso porque se trata de um trabalho que discute os modos pelos quais as professoras desta rede de ensino lidam com as temáticas relacionadas à sexualidade e isso pode se reverter em um tipo de avaliação para possíveis intervenções futuras.

5 A complexa tarefa de responder

A partir do que foi apresentado e do que se segue na análise das entrevistas é possível assumir que uma série de práticas instauradas nos últimos séculos acerca da sexualidade ainda estão, em maior ou menor medida, operando no âmbito escolar. Tanto no que diz respeito à inclusão de alguns temas transversais nos currículos escolares, quanto à exclusão de outros, como a sexualidade. Não seria exatamente uma exclusão da temática, mas sim uma forma de abordar determinados assuntos relacionados que deixam de mencioná-la.

Ao ouvir atentamente cada resposta e transcrevê-la, observei, na primeira questão, a preocupação que as professoras demonstram com as etapas biológicas do desenvolvimento da criança. Por ainda estar na “infância”, ela é vista como inocente, assexuada, distante de qualquer traço de sexualidade.

I – Você considera importante discutir o tema da sexualidade na escola? Por quê?

A – Acho que sim, porque ele faz parte do dia a dia das crianças e dos familiares.

B – Sim, mas tem que ser por quem domina o assunto e não qualquer um ir lá e ditar um monte de regras.

C – Sim, acho importante, porque as crianças, às vezes, vem com um conhecimento distorcido da sexualidade, principalmente quando elas querem saber como nasceram ou como foram “parar na barriga da mãe” e os adultos inventam, fantasiam, mas não contam a verdade.

D – Muito importante. É uma forma de começar a discutir questões como preconceito (as relações entre homens e mulheres), para respeitar as pessoas independente da sua opção sexual. Mas é fundamental que a pessoa que vai trabalhar esse assunto seja qualificada para isso.

E – Eu penso que é importante, mas é complicado... porque depende da idade da criança. Se ela é muito pequena ainda e não perguntou nada a respeito, acho que ainda não é a hora de tocar no assunto.

F – Claro, muito importante. Se a criança convive com a verdade desde cedo, não tem motivo de sentir vergonha depois de falar disso.

G – Sim, porque faz parte da educação e da formação das pessoas conhecer este assunto e não ter medo de falar dele.

H – Sim, porque cada vez mais cedo as crianças estão tendo contato com as questões de namorar, “ficar”. Logo que chegam à escola, já começam com fofquinha de “fulana disse que gosta do fulano!” e dá o maior falatório na turma. Então é melhor dar espaço pra esse assunto logo na infância para depois, na adolescência já lidarem melhor com isso.

Quadro - 1: Importância da sexualidade na escola.

Conforme relatos das entrevistadas E e H, respectivamente: “Se ela [a criança] é muito pequena ainda e não perguntou nada a respeito, acho que ainda não é hora de tocar no assunto”; “Então é melhor dar espaço pra esse assunto logo na infância para depois, na adolescência já lidarem melhor com isso”. Neste caso,

fica descartada a possibilidade de a criança manifestar qualquer desejo seu de demonstrar seus afetos, como, por exemplo, abraçar e beijar alguém, querer estar junto, sentir-se querida por outra pessoa, seja ela criança também, ou não; de mesmo sexo, ou não.

Aqui, o que se observa é que a sexualidade fica entendida apenas pelo ato sexual, pela parte biológica da criança que tem um pênis ou uma vulva, conforme afirma Louro (2000) “A biologia é, supostamente, imutável, está fora da história e escapa da cultura e tudo isso parece particularmente ‘verdadeiro’ quando o tema é a sexualidade” (p.64). Portanto, falar de sexualidade em sala de aula é falar da reprodução humana; é afirmar, nesta perspectiva essencialista, que o sexo está dado pela presença de um pênis ou de uma vulva, e que é deste modo que ele faz parte dessa natureza humana. Tal entendimento desconsidera a possibilidade de a sexualidade ser uma experimentação de prazeres e afetos diversos, para além das dimensões meramente biológicas.

Conforme a entrevistada C, o conhecimento acerca da sexualidade fica restrito ao âmbito biologicista, como acabei de mencionar, “porque as crianças, às vezes, vêm com um conhecimento distorcido da sexualidade”. Conceito este que compreende o ser humano como um corpo masculino ou feminino, cuja sexualidade está limitada à reprodução da espécie. Ao que parece, é somente a partir desta compreensão que a sexualidade é permitida na escola, já que o argumento biológico prevalece na educação escolar. Nesta direção, a sexualidade torna-se apenas sexo. Tal redução da sexualidade em sexo permite que se parta para as ações preventivas e doenças relacionadas ao ato sexual, confirmando, assim, o seu determinismo biológico. A sexualidade passa a ser um desmembramento da saúde e, em decorrência disso, será ministrada nas aulas de Ciências Biológicas, em períodos (1º ou 2º semestre do ano letivo) e etapas específicas (7ª ou 8ª série, 8º ou 9º ano da Educação Básica).

Por conseguinte, também é preciso analisar quem pode ou não desenvolver esse tema na escola. Conforme a resposta da entrevistada D: “... é fundamental que a pessoa que vai trabalhar esse assunto seja qualificada pra isso”, pois não é qualquer professor que pode assumir este papel. De acordo com a tese de Foucault

(2007), as instituições pedagógicas concentraram, desde o século XVIII, “as formas de discurso neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores” (p.36). Sem dúvida alguma, entre estes locutores estão os educadores, mais para fazer falar de sexo do que para falar dele – em outras palavras, tratava-se de uma prática que visava fazer os alunos se confessarem. Em geral, as professoras de séries iniciais não se sentem preparadas para falar com os alunos sobre sexualidade. Este é o caso da maioria das entrevistadas, que afirma não haver referência ao tema na sua formação inicial (Magistério e/ou Pedagogia) e, por isso, não se sente capacitada a abordar o tema. Tal despreparo também não tem sido sanado por parte de políticas de educação continuada, já que o próprio Município não oferece formação nesta direção.

Não tive a oportunidade de entrevistar nenhum profissional da educação habilitado em Biologia ou Educação Física. Mas se os tivesse entrevistado, será que diriam já ter abordado a temática em suas aulas? Teriam eles encontrado as mesmas dificuldades que as demais entrevistadas?

Embora as entrevistadas tenham apontado que na sua formação de educadoras não havia um currículo voltado à sexualidade, vejo aí o distanciamento entre as políticas educacionais e os currículos escolares, conforme o quadro 2:

II – Na sua formação inicial de professor/a, havia alguma discussão que abordava o tema da sexualidade?

A – Não.

B – Não.

C – Não.

D – Não, nenhuma.

E – Assim, agora que estou fazendo pedagogia, né... E, por enquanto, que já estou

na metade do curso, ainda não apareceu nada sobre isso. Nada, nada. Falam nas fases da criança, a gente trabalhou desde a infância, desde a educação infantil, trabalhamos as séries iniciais e nunca se tocou no assunto. Eu não sei, até posso olhar se tem alguma coisa no nosso currículo, mas eu não me lembro de ter visto... Então, só se agente [alunos da graduação] perguntar alguma coisa, levar o assunto... de repente, é até interessante a gente fazer isso, mas eu acho que não tem”.

F – No magistério a gente não trabalhava, mas na pedagogia foram bastante cadeiras voltadas para a sexualidade.

G – No magistério, não. E na graduação, fiz Letras, então aí que a gente não fala disso.

H – Não. Nem no magistério, nem na pedagogia.

Quadro – 2: sexualidade na formação profissional

Difícilmente encontramos presentes nos programas de estudo de cada etapa escolar algum enfoque para a sexualidade, o que destoa daquilo que encontramos nos PCNs, documento cuja proposta é servir de parâmetro para a educação nacional e que afirma ser a sexualidade um tema pertencente à educação escolar a ser desenvolvido por “profissionais da educação”. Sendo assim, qualquer professor pode e deve trabalhar a sexualidade em suas aulas. Não há, portanto, um profissional específico para esse fim como pensa a maioria das entrevistadas.

Outro fator importante é a forma como os PCNs tratam da sexualidade na educação. O assunto é visto como um tema transversal e não como um conteúdo de uma área específica do saber. Isso quer dizer que a transversalidade dos temas deve atravessar, de preferência, todas as áreas, de formas variadas. No entanto, essa transversalidade está sendo tratada com um descomprometimento que repercute num silenciamento, ou seja, a Orientação Sexual, conforme os Parâmetros, não está sendo abordada na sua transversalidade. Meyer (1998) trouxe essa afirmação do silenciamento com relação à transversalidade ao referir-se à Educação para a Saúde e também à Sexualidade:

“Embora eu concorde com a tese da transversalidade, não posso deixar de enfatizar que esta, pensada como uma possibilidade de integração e aprofundamento das temáticas pertinentes ao campo, tem se constituído, de forma muito mais eficiente, numa estratégia de silenciamento” (MEYER, 1998, p.15).

A partir desse argumento, fica mais compreensivo o fato de não se trabalhar esses temas transversais, que deveriam estar presentes no cotidiano escolar. E volto a Foucault (2007), quando ele afirma que “Não existe um só, mas muitos silêncios e [eles] são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos” (p.34).

Retomo agora o que menciona Foucault acerca da estrutura arquitetônica das escolas, das regras que nela circulam. Nesses aspectos parece não estar presente a sexualidade, mas ela está ali o tempo todo, sendo fiscalizada, controlada por meio desses recursos. Este silenciamento adotado pelos sistemas escolares é também uma forma de referir a sexualidade constantemente: negando-a, extraindo dos corpos dos alunos, principalmente das crianças. Ao que parece, estamos vivendo ainda a situação do século XVIII, em que de tanto relatar e confessar a sexualidade, ela passou a ser vigiada e, posteriormente, calada. Ela continua, por assim dizer, na obscuridade, ao mesmo tempo em que precisamos constantemente falar dela, verificar se ela está presente em diversos contextos, analisá-la nas suas manifestações e classificá-la como saudável, correta, apropriada (à idade, ao local em que ocorre, etc.). Assim sendo, a sexualidade está em presente nas escolas ao passo que não é falada, pois deixá-la de lado também é uma forma de referi-la.

Analisando as respostas da terceira questão da entrevista, pode-se observar que, novamente, há a questão de uma suposta inocência atribuída à infância, tal como podemos observar nas seguintes falas apresentadas no quadro 3: “Por que o tabu vem da parte do adulto, a criança não tem essa mentalidade”; “Não me lembro de ter acontecido alguma coisa em sala de aula... que seja embaraçosa assim... Até porque a gente trabalha com os pequenos, né...”; “Como eu trabalho com os pequenos, não acontece de a gente ver nada assim... que constrange”. Para tanto, consta nos PCNs que “as manifestações de sexualidade afloram em todas as faixas

etárias” (BRASIL, p.112). Sendo assim, não haveria motivo para retardar a inclusão da temática da sexualidade para uma idade mais avançada ou pensar que até certa idade as crianças não apresentariam essas manifestações.

Se observarmos os meios informativos aos quais as crianças (de qualquer idade) têm acesso, principalmente a mídia, veremos claramente a sexualidade (e até a erotização dos corpos infantis) presente nas roupas, nos gestos, nos calçados, nos brinquedos, nas músicas e nos mais distintos produtos, todos destinados ao público infantil, pois

“os tipos de jogos, brinquedos e brincadeiras que oportunizamos a meninos e meninas, a utilização dos espaços que permitimos a um e outro, são alguns exemplos de como os indivíduos vão se constituindo” (FELIPE, 1999, p.169)

A sexualidade está presente em muitas situações cotidianas envolvendo as crianças. O que parece faltar, ainda, é um olhar atento e minucioso por parte daqueles que acompanham o desenvolvimento dessas crianças.

III – Quando ocorre alguma situação que você considera embaraçosa (a respeito da sexualidade) como você procede?

A – Acho que em primeiro lugar, sempre temos que agir normalmente, procurar conversar com as crianças. Por que o tabu vem da parte do adulto, a criança não tem essa mentalidade. Assim... ela não vai ter... a malícia a criança não traz. Os adultos é que botaram esse lado feio. Então a gente tem que tratar naturalmente, e tentar... ensinar a criança, explicar. E não criticar, assim, pra ela não ficar até com vergonha, com essa situação... medo.

B – Eu pergunto aos alunos o que eles possam não saber, o que eles não entendem, e procuro esclarecer a dúvida deles.

C – Procuro observar a criança e depois converso com os familiares, se isso for possível.

D – Eu não acho que as situações sejam embaraçosas, eu acho que se a gente trata com bastante clareza, né... e, assim, com tranquilidade acho que a gente consegue resolver qualquer tipo de situação. Eu não me sinto envergonhada, e eu não tenho nenhum problema de tratar com estas situações.

E – Não me lembro de ter acontecido alguma coisa em sala de aula... que seja embaraçosa assim... Até porque a gente trabalha com os pequenos, né... Mas, não lembro, acho que não aconteceu, mas eu acho que se acontecer, eu consigo levar numa boa, assim, de conversar, porque acho que comigo, eu me criei escutando, conversando com o pai, com a mãe, né... então acho que não teria problema. A não ser assim... que fosse uma coisa assim muito... né, de repente querer saber dos pais, se eles não se importam, de conversar com todos, né. Mas não aconteceu nada.

F – Na graduação, eu fiz o meu TC, o meu Trabalho de conclusão voltado pra sexualidade, relacionado à escola, então quando surge uma situação embaraçosa, normalmente eu consigo trabalhar com os alunos, explorar o que está surgindo.

G – Depende muito da situação. Como eu trabalho com os pequenos, não acontece de a gente ver nada assim... que constrange. Às vezes eles falam de namorar, de ficar, de gostar. Mas aí eu digo que a gente pode gostar de um monte de gente, né, mas tem o tempo de brincar e o tempo de namorar e “vocês estão no tempo é de brincar!”

H – Acho que a gente tem que sempre conversar, assim... abrir pra discussão na sala, na aula. Não tem que ter vergonha ou... ficar enrolando e não dizer nada pra eles. Se o assunto aparece, é porque eles estão querendo falar, daí tem que conduzir (a conversa) e ir explicando... assim....

Quadro – 3: situações consideradas embaraçosas quanto à sexualidade na escola.

Como se percebe até este ponto da entrevista, os/as profissionais da educação não estão se sentindo confiantes para trabalhar a sexualidade no âmbito escolar, o que está fundamentado nos PCNs: “As formulações conceituais sobre sexualidade infantil datam do começo deste século e ainda hoje não são conhecidas

ou aceitas por parte dos profissionais que se ocupam de crianças, inclusive educadores” (BRASIL, 1996, p.118). Como a Secretaria Municipal de Educação ainda está em fase de implementação do projeto “Projeto Gerações – Saúde e Prevenção na Escola”, vai necessitar de tempo para atender a todas as escolas. Mesmo havendo programas de formação continuada para os educadores da rede, ainda falta a inclusão da sexualidade nesses programas, de acordo com o quadro 4:

IV – Na sua escola, existe algum programa de formação continuada para os/as professores/as?

A – Sim, existe.

Mas referente à sexualidade?

A – Não sei, não participo daqui [escola em que foi entrevistada], mas lá da escola [outra escola em que atua] não tem sobre esse tipo de assunto.

B – Não, nesse assunto não.

C – Não sobre a sexualidade.

D – Existem vários programas na rede municipal de ensino de São Leopoldo, mas na área específica de sexualidade, não.

E – Nas nossas reuniões sim, né... a gente sempre estuda, a gente sempre tem algum assunto pra discutir... (pausa). As reuniões não são só de recados, a gente realmente estuda, tem sim um programa de formação e até já discutimos sobre sexualidade.

F – Assim, nosso município oferece vários cursos de formação, mas não conheço nenhum sobre sexualidade.

G – Já falamos disso em alguma reunião, mas não tem nenhum curso ou palestra, assim, disso.

H – Ah, a gente tem sempre um curso diferente que a Secretaria (de Educação)

oferece, mas ainda não vi nenhum de sexualidade.

Quadro – 4: Formação continuada e sexualidade

A falta de segurança para tratar de sexualidade com alunos provém, certamente, da falta de uma formação continuada que certifique os educadores e os autorize a falar de sexualidade como profissionais: “É necessário, então que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema” (BRASIL, 1996, p.123). Desse modo, apenas alguns destes profissionais habilitam-se a fazer o que lhes é viável em sala de aula, programando e desenvolvendo atividades que abordem a sexualidade. O que acontece é que, sem embasamento teórico e preparação técnica, o modo de tratar a sexualidade assume um “modo escolar”, com visibilidade e expressividade limitadas. Conseqüentemente, a ausência de programas voltados aos/às professores/as acarreta na falta (ou ausência) de programas voltados para os alunos, como se observa no quadro 5:

V – E para atender os/as alunos/as? Existe algum projeto sobre sexualidade? Se existe, como funciona? Oficinas, palestras? Para que idade é destinado? Quais são os temas abordados?

A – Não.

B – Não.

C – Não.

D – Ainda não, mas a proposta é que, provavelmente este ano de 2009, a gente inicie uma proposta de trabalho para 2010.

E – Não.

F – Normalmente, na minha turma, eu acabo desenvolvendo um projeto. Como eu

tenho uma quarta série, os alunos maiores, eu acabo desenvolvendo um projeto com a turma.

E como funciona?

F – Varia do interesse dos alunos... (pausa), agente faz muitas discussões... Trabalha desde a parte do “ficar”, do seu próprio corpo, desde a parte do ato sexual, onde traz camisinha, pílulas anticoncepcionais e vai desde conhecimento do seu próprio corpo.

E qual é a faixa etária?

F – Dos nove aos treze, mais ou menos.

G – Não, nenhum.

H – Também não sei de nenhum.

Quadro – 5: Projetos sobre sexualidade

Pode-se dizer, então, que há um “modo escolar” de lidar com a sexualidade, que destaca uma série de aspectos como idade adequada, crianças assexuadas, falta de formação, necessidade de profissionais habilitados, falta de proposta pedagógica do município, etc. Tais aspectos operam na direção de dar uma certa visibilidade para a sexualidade na escola mostrando que ela está ali; mas, ao mesmo tempo, todas estes aspectos constituem um modo escolar de lidar com a sexualidade que acaba por silenciar outros modos.

6 Considerações finais

Desde o surgimento do dispositivo da sexualidade e sua colocação em discurso, o sexo tem ocupado lugares distintos, perpassando a família, a medicina, o direito e também a educação. Nas escolas, a sexualidade também ocupa seu lugar, embora nem tão visível, mas subentendida nas disposições arquitetônicas, na mobília e no controle que se pretende ter sobre os alunos, como já mencionado nos estudos de Foucault (2007). É através desse controle sobre o comportamento dos alunos que a sexualidade acaba se manifestando. Conforme havia referido, a sexualidade ocupa uma dimensão importante na vida das pessoas, é por isso, então que desde muito tempo ela está sendo referida e vetada na educação, em tempos distintos e até mesmo em tempos quase concomitantes, como foi nas décadas de 60 e 70, em que uma lei defendia a inclusão dessa temática nos currículos escolares e outra proibia. Por isso, então que educadores/as encontram diversas dificuldades em inserir a temática nos componentes curriculares. Essa dificuldade provém de uma organização institucional que ora define uma sistemática de trabalho, ora define outra, o que escapa à alçada de cada educador/a ou instituição escolar. O que quero dizer com isso é que não são os/as profissionais da educação que não “querem” falar da sexualidade no meio escolar, mas é um conjunto de fatores que deixam a sexualidade às margens (ou fora) da educação.

Fica claro que este silenciamento no modo escolar de tratar da sexualidade provém de uma série de movimentos que, antes do século XVIII, permitia atos e comportamentos que envolviam a sexualidade dentro do âmbito familiar, sem pudores ou vergonha. Mas com o passar do tempo, esses mesmos comportamentos passaram a ser julgados de modo diferente, lugar de adulto não era mais permitido à criança, a sexualidade passou a ser vigiada por juízes, médicos e pedagogos. O que era restrito e familiar passou a ser público e controlado. Alguns séculos mais tarde, a sexualidade é inserida na educação escolar como medida preventiva de doenças e, poucos anos depois, é retirada do mesmo lugar pela Comissão de Nacional de Moral e Civismo. Novamente fica a sexualidade a encargo da família, “abandonando” a escola. No entanto, outro problema social surge, recolocando a educação sexual nas escolas: o altíssimo índice de gravidez indesejada na adolescência. Em meio a

tantos deslocamentos, os/as educadores/as precisavam estar atentos e atualizados quanto à posição que deveriam assumir perante seus alunos no momento de ensinar as medidas necessárias na prevenção de doenças e de gravidez indesejada. Será que, em algum momento, houve a preparação destes profissionais para atuar com uma temática que há pouco fora proibida nas escolas?

Segundo os PCNs, os profissionais deveriam ser preparados anteriormente para depois trabalhar a temática com os alunos. Mas esses parâmetros só foram formulados e entraram em vigor a partir de 1996. Antes disso, cabia a cada professor/a abordar a sexualidade (ou não) a seu próprio modo. Essa falta de formação docente também foi ressaltada pelas professoras entrevistadas, que se consideraram despreparadas (no que condiz à formação profissional) para abordar e desenvolver questões relacionadas à sexualidade. E, de fato, há uma grande lacuna na formação profissional docente, no que tange à sexualidade, pois todas, exceto uma delas, declararam não ter esta temática presente no Magistério e/ou Graduação. Em decorrência disso, professores e professoras, de um modo geral, não se sentem autorizados/as a discutir uma temática que aparentemente está mais visível nas áreas biológicas e científicas que nas humanas. Isso ocorre porque a sexualidade acaba sendo vinculada, na maioria das vezes, aos programas de saúde e prevenção, ministrados por quem foi habilitado biológica ou cientificamente. Sendo assim, como professores/as formados/as em Magistério, Pedagogia ou Letras (como são os exemplos das entrevistadas) sentir-se-ão autorizados e seguros para levar esse assunto para a sala de aula?

As professoras entrevistadas também mencionaram a relação entre infância e inocência. Para algumas delas, a infância remete a uma inocência “natural” da criança, que se perde na medida em que ela (a criança) vai crescendo, deixando de ser criança. Mas é preciso ter alguns cuidados com tais conceitos, pois o “mundo infantil” está rodeado por elementos importados do “mundo adulto”. Esses elementos, segundo Felipe (1999), remetem à erotização, à perda desta dita ‘inocência’ e também à distinção/separação das crianças por gêneros. Segundo estudos da autora, há brinquedos, programas de televisão, roupas e outros itens que se ocupam em repassar esses conceitos, interferindo na constituição dos sujeitos.

Além do que já mencionei, como a ausência do tema da sexualidade nas formações profissionais e os conceitos que os/as educadores/as formulam acerca da infância, há também a falta de formação continuada para os/as educadores/as. Todas as entrevistadas desconheciam a existência de programas de formação continuada, na área da sexualidade, voltados para os professores, que fossem oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação. Nem mesmo sabiam se havia nesta Rede algum programa voltado para os alunos. Após o meu contato com a Secretaria, obtive a informação de que havia um projeto, mas ainda em processo de implantação. Essa falta de proposta, ou o atraso na elaboração da mesma, na Rede Municipal também constitui uma aparente resistência, que provém da falta de recursos humanos, de organização e de incentivo por parte de outros órgãos institucionais mais amplos, em desenvolver políticas que abarquem a temática da sexualidade.

Contudo, não basta apenas que as políticas públicas dêem conta de inserir na educação escolar alguns temas, que como a sexualidade, tronaram-se marginalizados, porque isso já está sendo feito (com os PCNs, por exemplo). É necessário que se pense em programas sob uma perspectiva diferenciada, pós-estruturalista, não voltada somente a um essencialismo biologicista que busca a prevenção de doenças e a promoção da saúde. Helena Altmann (2001) reforça, em seu artigo sobre a sexualidade como um tema transversal, que a sexualidade já está sendo inserida no currículo escolar e nos livros didáticos. No entanto, ela está ainda, conforme os PCNs, atrelada à biologia, ao desenvolvimento do corpo e à produção hormonal deste corpo. Pouco se fala da experimentação erótica, dos prazeres, dos desejos que cada pessoa pode sentir, independente da idade. Conforme os Parâmetros (1996) a sexualidade envolvendo prazeres e carícias do corpo, são pertinentes a jovens e adultos, e não a crianças. O que não quer dizer que as crianças também não sintam prazer acariciando e tocando seu próprio corpo; logo, essa questão do prazer não pode ser simplesmente excluída de um currículo infantil só porque será voltado para crianças.

O que parece estar faltando na educação é um olhar mais atento que possa questionar o que é imposto e investir naquilo que não foi pensado, proposto dentro

de um currículo. De acordo com Louro (2008), esse movimento intitula-se em estranhamento do currículo:

“A idéia é por em questão o conhecimento (e o currículo), por em questão o que é conhecido e as formas como chegamos a conhecer determinadas coisas e a não conhecer (ou a desconhecer) outras”. (LOURO, 2008, p.65)

A partir desse estranhamento, pode ser possível modificar alguns modos escolares de se pensar na sexualidade. Pode-se pensar em uma estratégia que leve a temática à sala de aula desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, sem que algumas verdades sejam ditas como fixas e outras verdades (ou possibilidades) sejam ocultas e invisibilizadas dentro do currículo. Que desse modo seja possível entender a sexualidade como vivência de prazeres, sem deixar de lado a importância da promoção da saúde e sem impor tabus e preconceitos que acabam por constranger mais do que ensinar àqueles que estão envolvidos no assunto.

7 Referências bibliográficas

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. Revista Estudos Feministas – REF, Florianópolis: UFSC/CCH/CCE, v. 09, n. 02, p.575-585, 2001.

BRASIL.. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. vol. 10. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FELIPE, Jane. Entre tias e tiazinhas: pedagogias culturais em circulação. In: SILVA, Luiz Heron da (Org.). Século XXI: Qual conhecimento? Qual currículo? Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p.167-179.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1. A vontade de saber. 18ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. 1 ed. ;1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica; 2008.

_____. Corpo, escola e identidade. Educação & Realidade. Porto Alegre, v.25 (2), p.59-75, jul-dez. 2000.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Educação em saúde na escola: transversalidade ou silenciamento? Saúde e Sexualidade na Escola. Porto Alegre, v.4, p.5-17, 1998.

SANTOS, Luis Henrique Sacchi dos. O corpo que pulsa na escola e fora dela. In: SOUZA, Jane Felipe de (Org.). Corpo, gênero e sexualidade: Discutindo Práticas Educativas. Rio Grande: Editora da FURG, 2007. p.80-92.

_____. Pedagogias do Corpo: Identidade e instâncias de produção. In: SILVA, Luiz Heron da (Org.). Século XXI: Qual conhecimento? Qual currículo? Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p.194-212.

8 Anexos

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro pelo presente consentimento, que fui informado/a de forma detalhada sobre o estudo que será desenvolvido com alguns professores/as da rede pública municipal de São Leopoldo, intitulado Educação para a sexualidade na formação docente: um estudo sobre a rede municipal de São Leopoldo/RS, como parte integrante de minha monografia para a conclusão do curso de Especialização em Relações de Gênero e Sexualidade na Educação.

O objetivo principal desta pesquisa é descobrir se há na rede municipal de São Leopoldo alguma proposta da Secretaria de Educação de trabalhar o tema sexualidade na formação continuada de professores ou nas próprias escolas da rede, com os seus alunos.

Quanto aos procedimentos metodológicos do estudo, serão efetuadas entrevistas semi-estruturadas com cada participante, que serão respondidas através de um questionário oral que será gravado e, posteriormente, transcrito. Os nomes não serão mencionados para garantir o anonimato dos/as participantes, bem como a confidencialidade das informações registradas.

Estou ciente de que obterei as respostas para qualquer dúvida que venha a ter quanto aos procedimentos ou outras questões relacionadas ao presente estudo.

A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a professora Jaqueline de Almeida Melo, que poderá ser contatada pelo telefone (51) 98687940, estando sob a orientação da prof^a Dr^a Jane Felipe de Souza, do PPGEDU/UFRGS.

Data: _____ / _____ / _____

Assinatura: _____

ANEXO B - Roteiro para as entrevistas estruturadas

I – Dados de Identificação:

Nome:

Idade:

Formação:

Há quantos anos leciona:

Com qual faixa etária atualmente:

Outras experiências profissionais:

Cursos de atualização: () especialização () mestrado () doutorado () outros

II – Questões

- 1) Você considera importante discutir o tema sexualidade na escola? Por quê?
- 2) Na sua formação inicial de professor/a, havia alguma discussão que abordava o tema da sexualidade?
- 3) Quando ocorre alguma situação que você considera embaraçosa (a respeito da sexualidade) como você procede?
- 4) Na sua escola, existe algum programa de formação continuada para os/as professores/as?
- 5) E para atender os/as alunos/as? Existe algum projeto sobre sexualidade? Se existe, como funciona? Oficinas, palestras? Para que idade é destinado? Quais são os temas abordados?

ANEXO C - Dados das entrevistadas

I – Dados de Identificação (A)

Nome: MRDR

Idade: 45 anos

Formação: Magistério, Pedagogia, Psico-pedagogia

Há quantos anos leciona: 26 anos

Com qual faixa etária atualmente: de 07 aos 70 anos

Outras experiências profissionais: funções diversas em comércio e vendedora autônoma

Cursos de atualização: especialização ()mestrado ()doutorado ()outros

I – Dados de Identificação (B)

Nome: SIB

Idade: 20 anos

Formação: Magistério, Pedagogia (em curso)

Há quantos anos leciona: 2 anos

Com qual faixa etária atualmente: de 05 a 15 anos

Outras experiências profissionais: -

Cursos de atualização: () especialização ()mestrado ()doutorado ()outros

I – Dados de Identificação C:

Nome: RF

Idade: 32 anos

Formação: Magistério, Pedagogia.

Há quantos anos leciona: 13 anos

Com qual faixa etária atualmente: de 07 a 08 anos

Outras experiências profissionais: -

Cursos de atualização: especialização ()mestrado ()doutorado ()outros

I – Dados de Identificação (D)

Nome: SVO

Idade: 35 anos

Formação: Magistério, Pedagogia e Especialização (em curso)

Há quantos anos leciona: 12 anos

Com qual faixa etária atualmente: de 06 a 12 anos

Outras experiências profissionais: Direção de Escola

Cursos de atualização: especialização mestrado doutorado outros

I – Dados de Identificação (E)

Nome: JSC

Idade: 36 anos

Formação: Magistério, Pedagogia (em curso)

Há quantos anos leciona: 14 anos

Com qual faixa etária atualmente: de 07 a 08 anos

Outras experiências profissionais: comércio

Cursos de atualização: especialização mestrado doutorado outros
(Oficinas e Cursos oferecidos pela Secretaria de Educação)

I – Dados de Identificação (F)

Nome: FO

Idade: 24 anos

Formação: Magistério, Pedagogia, Especialização

Há quantos anos leciona: 6 anos

Com qual faixa etária atualmente: de 09 a 13 anos

Outras experiências profissionais: Coordenação de Escola e Educação Infantil

Cursos de atualização: especialização mestrado doutorado outros

I – Dados de Identificação (G)

Nome: SMS

Idade: 29 anos

Formação: Magistério, Pedagogia

Há quantos anos leciona: 9 anos

Com qual faixa etária atualmente: de 9 a 13 anos

Outras experiências profissionais: comércio

Cursos de atualização: especialização mestrado doutorado outros

I – Dados de Identificação (H)

Nome: AMSB

Idade: 35 anos

Formação: Magistério, Pedagogia

Há quantos anos leciona: 15 anos

Com qual faixa etária atualmente: de 08 a 10 anos

Outras experiências profissionais: -

Cursos de atualização: () especialização ()mestrado ()doutorado ()outros

ANEXO D – OFÍCIO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ENSINO E CURRÍCULO

Curso de Especialização em Educação, sexualidade e relações de gênero.

Prezado Senhor,

Venho por meio deste apresentar minha orientanda de Especialização, professora Jaqueline Melo, professora deste Município, que está desenvolvendo um estudo junto a alguns professores/as da rede pública municipal de São Leopoldo, intitulado Educação para a sexualidade na formação docente: um estudo sobre a rede municipal de São Leopoldo/RS. Tal estudo faz parte de sua monografia para a conclusão do curso de Especialização em Relações de Gênero e Sexualidade na Educação.

O objetivo principal de sua pesquisa passa por averiguar se há alguma proposta implementada ou em implementação por parte da Secretaria Municipal de Educação no que tange ao tema da sexualidade. Além disso, ela também pretende identificar o endereçamento de tal proposta, na direção de verificar se ela é voltada aos docentes (no âmbito das estratégias de formação docente) ou aos discentes (como parte das atividades didático-pedagógicas).

Para o andamento de tal pesquisa solicito que lhe sejam fornecidos os seguintes dados: total de EMELs; total de EMEFs; total de alunos da rede e total de professores da rede. Além disso, solicito que Vossa Senhoria lhe forneça informações necessárias relativamente à existência de Projetos Pedagógicos acerca da temática 'Sexualidade' no âmbito deste Município.

Porto Alegre, 4 agosto de 2009.

Dr. Luís Henrique Sacchi dos Santos
(PPGEDU/DEC/FACED-UFRGS)

Sr. Evandro Paixão
Secretaria Municipal de Educação.